

# **“SINTO QUE MINHA CASA NÃO É ESSE PEDAÇO DE BECO [...], MAS TODA A COMUNIDADE”: As concepções em jogo na produção do espaço<sup>1</sup>**

*“I feel that my home is not just this piece of alley [...], but the entire community”: Conceptions at play in the production of space*

**Williane Juvêncio Pontes<sup>2</sup>**

**Palavras-chave:**

Parte alta; Parte baixa;  
Pertencimento;  
Produção socioespacial..

**Resumo:** A proposta deste artigo é refletir sobre a produção do espaço na Comunidade do Timbó, localizada no bairro dos Bancários, zona sul da cidade de João Pessoa. Uma produção pensada a partir da parte alta e da parte baixa, conformações geográficas que ganham significação simbólica no cotidiano e delineiam diversas formas de experienciar a moradia na comunidade. Para desenvolver esta discussão, a análise está apoiada na narrativa das moradoras, de modo a perceber como compreendem e produzem concepções sobre os espaços que constituem o Timbó. A reflexão aponta, então, para o jogo de diferenciação que configura a experiência de moradia ao delinear a produção de diferentes de espaços, vinculações afetivas e percepções no e sobre o Timbó. O que fomenta um sentimento de pertença ambivalente, que dança entre o gostar e o desgostar, o sentir-se parte ou buscar se diferenciar da condição de morador.

---

<sup>1,1</sup> Recebido em 01/09/2025 e aceito em 16/10/2025.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia (PPGA-UFPB). Professora substituta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. <https://orcid.org/0000-0002-0427-1487>



**Keywords:**

Upper hillside área; Lower hillside área; Belonging; Socio-spatial production.

**Abstract:** The purpose of this article is to reflect on the production of space in the Timbó Community, located in the Bancários neighborhood, in the southern zone of João Pessoa. This production is examined through the distinction between the upper and lower parts of the community, geographic configurations that acquire symbolic meaning in everyday life and shape diverse ways of experiencing dwelling in the locality. To develop this discussion, the analysis draws on the narratives of female residents with whom an interlocutory relationship was established, in order to grasp how they understand and produce conceptions of the spaces that constitute Timbó. The reflection thus points to the play of differentiation that shapes the experience of dwelling by outlining the production of spaces, affective bonds, and perceptions in and about Timbó. This process fosters an ambivalent sense of belonging, which oscillates between attachment and aversion, between feeling part of the place or seeking to distance oneself from the condition of being a resident.

## INTRODUÇÃO

Na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, há uma comunidade localizada no bairro dos Bancários, na zona sul, intimamente relacionada com o processo de expansão urbana que se intensificou na década de 1970. Trata-se da Comunidade do Timbó, que surgiu no Vale do Rio Timbó, um espaço concebido (Lefebvre, 2008) como ermo, mas que, em meio ao déficit habitacional agravado com o expressivo crescimento populacional<sup>3</sup>, foi ocupado por sujeitos pobres, majoritariamente negros e advindos do interior do estado. Ocupação que gesta uma reinvenção cotidiana do espaço, tornando-o vivido e produzindo o urbano desde a margem (Agier, 2015), configurando uma territorialidade própria e um modo de ser e estar na cidade.

Consolidada em 1983, a Comunidade do Timbó passou por transformações urbanas e sociais que expressam modos de produção do espaço. Uma dessas expressões é fabricada em relação com a particularidade geográfica da localidade: uma parte plana e elevada e outra parte acidentada e baixa. Esta conformação geográfica foi envolvida nas relações e experiências de moradia dos sujeitos, que elaboraram distinções internas e formas de pertencimento que revelam como uma

<sup>3</sup> Contexto fomentado pela migração do campo à cidade e do interior à capital, devido às mudanças climáticas – a seca – e sociais – alterações nas relações de trabalho – no campo (Maia, 2014; Lavieri e Lavieri, 1992).

característica física é convertida em um marcador social.

A proposta, assim, é refletir sobre as concepções dos moradores em torno da produção dos espaços, com enfoque nas distinções entre a parte alta e a parte baixa e as tensões que atravessam a vivência. A discussão emerge da inquietação suscitada no início do trabalho de campo presencial na comunidade<sup>4</sup>, em 2018, ao conhecer e perceber a característica geográfica como a primeira distinção visual àquele adentra as ruas do Timbó, sendo imediato o questionamento sobre a existência de diferenciações sociais entre ambos os espaços das partes alta e baixa, bem como a possibilidade de diferenciações internas a cada parte.

A inquietação foi discutida com Laura<sup>5</sup>, uma interlocutora que intermediou a entrada em campo e a relação com algumas das moradoras mais antigas do Timbó. A resposta inicialmente dada elucida o título deste trabalho, rebateando suposições acerca da produção de diferentes espaços sob a lógica de uma separação, por isso preocupa-se em enfatizar a experiência de moradia com a analogia da casa estendida à comunidade como um todo. Cuidadosa em não separar os espaços em questão, mas perceber como a forma com que são produzidos e vivenciados delineiam concepções sobre os mesmos, a ênfase da presente discussão éposta na relação entre as partes, em como constituem a experiência de viver no Timbó.

Ao pensar o espaço, portanto, recorro a forma como é trabalhado por Michel de Certeau (2014), especialmente o conceito de espaço praticado para refletir sobre como esta noção não é dada, mas resultado das práticas, usos e sentidos cotidianamente construídos pelos sujeitos. A discussão tece uma compreensão da produção socioespacial do Timbó, fundamentada nas perspectivas de moradores com quem mantive relação de interlocução, compartilhando um rotineiro tempo de conversas nas calçadas e nos percursos pelas ruas da comunidade, durante o trabalho de campo presencial desenvolvido entre 2018-2019 e 2023.

Para desenvolver esta discussão, o artigo está organizado em três tópicos que abordam a construção teórico-metodológica. No primeiro tópico, denominado

<sup>4</sup> Este artigo integra as reflexões realizadas sobre a Comunidade do Timbó desde a pesquisa de mestrado e de doutorado, ambas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Trabalho desenvolvido entre 2018 e 2025, com discussões sobre as formas de sociabilidade e a construção do sentimento de pertença (Pontes, 2020), bem como acerca da produção do Timbó como lugar e os imaginários em jogo nesse processo.

<sup>5</sup> O uso de codinomes é uma escolha ética e metodológica, de modo a resguardar o anonimato dos interlocutores e evitar quaisquer constrangimentos que as reflexões possam lhes suscitar

Interlocutoras e(m) calçadas, busca-se situar os sujeitos que contribuíram diretamente para a produção da análise e as técnicas de pesquisas utilizadas na produção do material etnográfico. No segundo, A produção socioespacial do Timbó, é realizado uma contextualização do Timbó – o campo de trabalho – com a delinearção do processo de consolidação e desenvolvimento da comunidade, baseado na narrativa das interlocutoras. Por fim, antes das considerações finais, o terceiro tópico, A parte alta e a parte baixa em jogo, aborda as percepções em torno da configuração urbana, que também é social, e o modo como produz diferentes vivências entre as moradoras..

### **INTERLOCUTORAS E(M) CALÇADAS**

O acesso ao Timbó ocorreu na pesquisa de mestrado<sup>6</sup>, em 2018, com a realização de um trabalho de campo entre agosto e novembro daquele ano e entre os meses de fevereiro a junho e agosto a outubro de 2019. A entrada ao campo se fundamentou através de Laura, que contactei mediante uma página do Facebook<sup>7</sup>, intitulada Comunidade do Timbó e cuja administração era gerida por esta moradora. Na primeira conversa pelo messenger<sup>8</sup>, me apresentei como pesquisadora vinculada a UFPB e expliquei sobre a pesquisa que visava desenvolver na comunidade, recebendo prontamente um retorno positivo com a proposta de um encontro na sede da Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Rio Timbó (ACMVT), além no número de telefone que permitiu manter a comunidade pelo WhatsApp<sup>9</sup>.

Do Facebook para a sede da ACMVT, da sede para as ruas e das ruas para as calçadas, nessa trajetória se processou o acesso ao Timbó e, consequentemente,

<sup>6</sup> A pesquisa resultou na dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Recomendada para a publicação, com a produção do e-book *Transformando o espaço em lugar: uma etnografia sobre a Comunidade do Timbó*, João Pessoa-PB.

<sup>7</sup> Rede social acessada através da internet e que possibilita o compartilhamento de textos, vídeos e fotos, estimulando a interação mediante comentários e reações nas publicações e mensagens privadas entre usuários, que possuem uma conta/perfil. Cada perfil pode criar ou participar de páginas, que são espaços para a interação com foco em determinada preferência, seja um assunto ou um lugar – no caso da página administrada por Laura, se trata de um espaço para compartilhar e interagir com conteúdo sobre o Timbó.

<sup>8</sup> Aplicativo de mensagens vinculado ao Facebook, que permite a comunicação instantânea entre os usuários em formato de texto, bem como por vídeo-chamada. É uma espécie de bate-papo.

<sup>9</sup> Um aplicativo com funcionalidade através da internet, que permite a comunicação instantânea por meio de mensagens de texto, de áudio ou vídeo, além do compartilhamento de documentos e a realização de chamadas de voz e vídeos para outros usuários, que possuem uma conta vinculada ao número de telefone.

aos seus moradores, inicialmente intermediado por Laura, que aceitou participar da pesquisa, apresentar a comunidade e os demais sujeitos que a habita. Morando no Timbó desde 1989, Laura é uma mulher negra e adulta, quando nos conhecemos estava com 38 anos, alocada no cargo de líder comunitária e à procura de emprego do mercado formal de trabalho. Residia com familiares em um terreno com um jardim bem cuidado e que comporta duas casas: a principal, que compartilhava com os pais, e um “puxadinho” ao lado onde reside o irmão, a cunhada e dois sobrinhos – construído após o casamento do respectivo irmão.

A maioria de nossos encontros ocorreu na ACMVT, mas a sua casa também foi palco de conversas informais e de realização de entrevista previamente agendada e gravada, o consentimento da interlocutora, com o uso de smartphone celular. Entre 2018 e 2019, Laura já estava em um processo de lenta mudança para um imóvel novo, adquirido em um bairro distante da comunidade, o Jardim Veneza, na zona oeste da cidade. Atualmente completou a mudança de moradia, mas ainda frequenta a casa dos pais aos finais de semana e feriados, onde rever familiares e amigos. Laura é uma das figuras fundamentais para entender o processo de transformação na configuração urbana que ocorreu com a mobilização comunitária pela urbanização.

Disponibilizou-se para fazer um trajeto pelas ruas do Timbó com o intuito de mostrar a comunidade e me apresentar a alguns moradores, o que contribuiu significativamente para a minha identificação como pesquisadora. Nesse trajeto, caminhamos pelos locais que considerou importantes destacar como parte do lugar: um instituto de ações sociais, a CREI, os pequenos negócios dos moradores, o núcleo espírita que desenvolve atividades socioeducativas com crianças, adolescentes e jovens, o rio, a igreja católica, o salão paroquia, algumas igrejas evangélicas, o mirante acima da encosta – uma área de risco para moradia, de onde foram realocadas as famílias ali residentes – e o projeto de horta comunitária a ser criada naquele espaço, as duas ladeiras que contornam as encostas locais e, por fim, um retorno a ACMVT, onde havíamos iniciado o trajeto.

Com o desenvolvimento de uma relação de interlocução com Laura, tornou-se comum acompanhar alguns dos seus trajetos cotidianos pela comunidade – de sua casa à ACMVT e vice-versa, à igreja e às andanças nas atividades de panfletagem para divulgar cursos de capacitação oferecidos na sede da associação comunitária. Essa estratégia foi produtiva para conhecer o Timbó e começar a montar uma cartografia do lugar, além da habitualidade em fazer paradas em calçadas, trocar cumprimentos e aguardar que Laura terminasse alguma breve conversa sobre o

horário do terço ou da missa, vagas para catequese, inscrição em um programa social, uma novidade envolvendo algum conhecido em comum e afins. Nessas situações, além de observar a dinâmica que se produzia, fui devidamente apresentado aos demais moradores.

Em uma dessas abordagens conheci Dona Creuzinha, que estava sentada na calçada de sua casa, na companhia do marido. Era uma das ocasiões de distribuição de panfletos sobre um curso de informática básica e após a informação prestada por Laura acerca das vagas, horários e dias das aulas, ela prontamente se voltou a mim e afirmou que aquela moradora seria ótima para minha pesquisa, pois possuía muitos anos de moradia na comunidade. Expliquei a pesquisa para Dona Creuzinha, que aceitou manter relações de interlocução e proporcionou o conhecimento de sua amiga e vizinha sobre a pesquisa. Esta amiga, a Dona Fatinha, é a segunda interlocutora principal cuja narrativa é trabalhada no decorrer do artigo.

Com 41 anos de moradia no Timbó, Dona Fatinha é uma mulher negra e aposentada – trabalhava como empregada doméstica – que reside, atualmente, com o marido e um neto adolescente em uma casa nas proximidades do rio, mas fora da área de risco. Passa a maior parte do tempo nos cuidados com o lar, podendo ser facilmente encontrada em sua casa ou na da vizinha e, certamente, na calçada toda a final de tarde, geralmente acompanhada do marido, da Dona Creuzinha, das noras e dos netos pequenos da amiga. As conversas com essa interlocutora ocorreram, em sua maioria, na calçada, mas uma entrevista foi realizada na sala da Dona Creuzinha – que reside no lugar desde 1987 –, na companhia das duas amigas que optaram por conceder uma entrevista coletivamente.

Outra interlocutora que conheci por intermédio foi Dona Ivete, apresentada por Laura, que se disponibilizou em pensar algumas pessoas que pudessem ter interesse em contribuir com a pesquisa narrando sobre a experiência de moradia na comunidade. Dona Ivete mora nas imediações da casa de Laura, que em uma tarde de terça-feira (23/10/18), quando bati a sua porta, informou que havia encontrado alguém que estava no Timbó desde quando era apenas uma ocupação, prontamente me guiando até a porta de Dona Ivete, que já havia sido sondada pela líder comunitária e que a partir de então, dispôs de seu tempo para conversar comigo durante as tardes, principalmente na calçada e na presença de seus familiares e amigos.

Dona Ivete é a interlocutora mais antiga entre as acionadas para a reflexão

nesse artigo, sua experiência de moradia remete ao processo de consolidação da comunidade, pois chegou ao lugar em 1981. É uma mulher branca com 65 anos, aposentada, que compartilha a casa com o atual marido, duas filhas, um filho, uma nora e três netos. É uma figura assídua na calçada, assim como as demais e muitos outros moradores do Timbó, que eventualmente sai da comunidade para ir à praia com as amigas. A calçada foi um local privilegiado para encontrar as interlocutoras, conversar com outros moradores e observar as situações cotidianas, pois mais do que espaço de passagem, as ruas e as calçadas são amplamente utilizadas para a permanência e o encontro ao outro, para o exercício da sociabilidade local.

Caminhando pelas ruas, especialmente ao final da tarde – quando o sol está baixando e as calçadas recebem sombreamento dos telhados e das árvores –, se tornou habitual observar as calçadas ganhando os contornos de cadeiras de plásticos, de fio traçado ou de balanço com molas onde sentam-se mulheres e homens para conversar. O meio fio também é utilizado como acento, acomodando crianças, adolescentes, jovens e adultos, principalmente quando o espaço da calçada é reduzido e não cabe a alocação de uma cadeira. No Timbó, se transita pela rua, não pelas calçadas, pois estas são ocupadas pelos moradores para sentar-se, as vezes sozinho, mas majoritariamente em duplas ou grupos de familiares, amigos e/ou vizinhos.

Não são todas as casas que possuem calçadas, algumas apresentam apenas com um meio fio, que é igualmente utilizado para acomodação dos moradores, que também posicionam algumas cadeiras ou tamboretes de madeira ou plástico nas imediações da rua, colada ao meio fio. Logo, enquanto espaço amplo ou reduzido, a calçada existe e é mantida como um local de fomento da sociabilidade, onde senta-se junto com o outro com quem compartilha vínculos afetivos de proximidade e semelhança, bem como onde repara nos demais moradores, que por vezes cumprimentam uns aos outros e até param para trocar alguma informação. Enquanto um local importante na sociabilidade no e do Timbó, me propus a participar das conversas nas calçadas, de modo a não apenas estar presente e fazer questionamentos de interesse da pesquisa, mas se envolver nos diálogos levantados pelos moradores sobre novelas, acontecimentos noticiados nos telejornais da cidade, a fofoca da vez nas redes sociais, entre outras banalidades.

Se mostrar interessada nos assuntos locais também foi proveitoso para escutar mais sobre eles e de diversas perspectivas, uma forma de se inserir na dinâmica relacional, como sugere William Foote-Whyte (1975) ao discutir sobre a observação participante e defender desenvolvimento de uma reflexão teórico-metodológica

situada e relacional. Foi principalmente da calçada que tecí minhas observações, integrando as conversas, acompanhando como as relações de amizade e vizinhança se delineavam e percebendo o movimento da rua e das demais calçadas. Assim, pude traçar um enquadramento do cotidiano, das regularidades e da dinâmica relacional.

A calçada foi, ainda, profícua para extrapolar a rede de interlocutores construída no intermédio da Laura, pois realizei aproximações próprias aos demais moradores os abordando nas calçadas para tirar dúvidas sobre como chegar em determinado local, mesmo sabendo onde se localiza, uma vez que se mostrou uma estratégia produtiva para iniciar conversas, já que os sujeitos abordados geralmente foram solícitos em ensinar e manter o diálogo após a minha apresentação como pesquisadora. Em outras ocasiões, apenas cumprimentava o(s) morador(es) disposto(as) na(s) calçada(s), me apresentava, falava da pesquisa e sondava o interesse em conversar sobre a comunidade, recebendo alguns retornos positivos e outros negativos.

Angélica foi uma interlocutora que conheci praticando este tipo de abordagem na calçada, sem o intermédio de outro morador. Quando a encontrei pela primeira vez, ela estava sentada no batente da porta de sua loja de cosméticos, situada em um cômodo da frente da casa. Após cumprimentos de boa tarde e uma breve apresentação da pesquisa, perguntei se teria interesse em conversar sobre a sua experiência de moradia, sendo prontamente convidada para sentar no batente, ao seu lado, e em seguida gritando para que a filha abaixasse mais o volume do som para não nos interromper, o que agradeci o ato ao mesmo tempo que informei que a música não me incomodava. Com essa primeira conversa no batente, outras tantas vieram e ocorreram, principalmente, à tarde, quando a moradora finalizava as demandas domésticas e ficava apenas na “lojinha”, como carinhosamente chamava o seu pequeno negócio.

Angélica é uma mulher branca de 48 anos, casada e com 2 filhos, um deles uma garota de 26 anos que possui um filho de 5 anos. Todos residiam na mesma casa. Colocando-se como dona de casa desde quando se casou, falou com orgulho como iniciou seu negócio como revendedora de marcas populares de cosméticos e perfumaria de porta em porta, atualmente contando com uma lojinha fixa, construída pelo marido – que é pedreiro e trabalha por conta própria –, mas ainda perambulando vez ou outra pelas ruas da comunidade para fazer entrega ou apresentar os novos produtos para as clientes. O marido, Osvaldo, participou algumas vezes na conversa ao se juntar a nós na calçada após chegar do trabalho,

mas foi com Angélica que tive a maioria das conversas, uma moradora do Timbó desde 1998.

Dona Valéria também foi abordada na calçada, estava na companhia da sua vizinha quando as abordei para perguntar se ali era a Comunidade do Timbó. A pergunta tinha a intenção de ponderar forma de percepções sobre os limites da comunidade, ambas estavam na rua principal, a R. Abelardo Pereira dos Santos, uma via de acesso entre as zonas leste e sul e bastante utilizadas pelos demais habitantes da cidade que passam pelo Timbó. Dona Valéria, que reside naquela rua desde 1989, é uma mulher branca e separada que, após o casamento da filha, passou a morar sozinha em uma casa alugada. Aposentada, trabalhava com a venda de pequenos produtos, como fogos de artifícios e explosivos bastante utilizados nas festividades juninas, dispondo da maior parte do seu tempo na área da casa ou na calçada, sob a sombra de uma árvore de médio porte. Atualmente não reside mais naquela rua, com a pandemia mudou-se para a casa da filha, no bairro do Cristo Redentor.

Com todas as interlocutoras trabalhadas neste artigo, as conversas ocorreram majoritariamente nas calçadas, seja com apenas nós duas dispostas no batente – como no caso em que me encontrava com Angélica –, ou com as interlocutoras e seus familiares e vizinhos – como com Dona Fatinha e Dona Ivete –. Apenas as entrevistas gravadas com Laura e Dona Fatinha se deram nas salas de suas casas – no caso de Dona Fatinha, foi na sala da residência da sua amiga e vizinha, Dona Creuzinha –, ocasionalmente contanto com a participação de um outro familiar que apareceu durante a gravação. De modo geral, foi das calçadas que escutei a maioria das narrativas das interlocutoras sobre a experiência de moradia no Timbó, moradoras que classifico como antigas, com média de 25 anos de moradia, que são oriundas do interior da Paraíba e que participaram do processo de consolidação ou de expansão da comunidade.

São interlocutoras que experienciaram por mais tempo as diferentes configurações urbanas no Timbó, que de 2011 a 2015 passou por obras de urbanização<sup>10</sup> – decorrentes da organização e mobilização comunitária. Com base nas narrativas dessas moradoras, a reflexão é desenvolvida com atenção para

<sup>10</sup> Tais obras contaram com o saneamento e a pavimentação das ruas, a drenagem do Rio Timbó, a contenção das encostas, a demolição das casas em áreas de risco (proximidades do rio e das encostas), a construção de um conjunto habitacional para realocação das famílias em área de risco e a reforma do Centro de Referência em Educação Infantil (CREI). Mais recentemente, em 2019, ocorreu a reforma na quadra poliesportiva, fruto de demandas da comunidade.

como o Timbó é um espaço continuamente praticado, tornando-se vivido nos usos, que fabricam sentidos. Os espaços são produzidos no movimento e na relação, na temporalidade das práticas situadas em um arranjo físico que pode comportar múltiplas concepções.

O que se discute sobre a produção do espaço no Timbó, atualmente, integra um movimento processual e se fabrica a partir da característica geográfica da comunidade. As narrativas escutadas e as observações tecidas contribuíram para construir essa compreensão sobre a produção dos espaços, refletindo sobre a comunidade a partir das conversas nas calçadas, onde propus às interlocutoras relembrar sobre a chegada ao local e trabalhar a experiência de moradia. Um caminho metodológico fundamental para pensar a formação socioespacial do Timbó, que me debruço no tópico seguinte e que é continuamente atualizado.

As narrativas, portanto, são captadas em conversas informais e em entrevistas, parte do material produzido é trabalhado para fundamentar as reflexões. A entrevista foi uma técnica situada na relação de interlocução desenvolvida com as moradoras, sendo sugerida e aplicada somente no segundo ano da pesquisa de mestrado, na segunda entrada em campo, após o estabelecimento de uma relação continuada. O intuito era que a entrevista complementasse o material etnográfico produzido nas observações e conversas nas calçadas, não sendo apenas um instrumento de “coleta de dados” que ocorre em um momento formal. Buscou-se aproximar de uma conversa em que as interlocutoras se sentissem à vontade, por isso a maioria das entrevistas ocorreu nas calçadas – locais escolhidos por elas – e com a gravação através do smartphone<sup>11</sup>, um aparelho comum no cotidiano daquelas moradoras.

Florence Weber (2009) indica que a entrevista proporciona a produção de um material sensível aos objetivos de pesquisa, mas para isso é necessário que a técnica seja trabalhada como parte da relação vivida com os interlocutores e que seja acompanhada do diário de campo onde se registra as observações que surgem nessa situação. É, sobretudo, uma relação de interação que tem efeitos sobre o pesquisador e o interlocutor, uma prática situada que marca assimetrias e negociações. Reconhecer o contexto que envolve a entrevista é parte da ética e da reflexividade da pesquisa, por isso, a utilização da técnica considerou as colocações

---

<sup>11</sup> Após solicitar a permissão para gravar a entrevista, indicava o início da gravação no celular e o posicionava no colo, dando prosseguimento a conversa e tentando evitar qualquer estranhamento maior que o uso do gravador pudesse suscitar.

da autora na construção de um material que é atravessado por certa intimidade, poder e responsabilidade.

Com as entrevistas foi possível complementar e aprofundar as reflexões teórico-metodológicas sobre a Comunidade do Timbó, um material co-produzido na medida em que a conversa passou a ser orientada exclusivamente pelos interesses de pesquisa. Nessas situações, fiz uso de um bloco de nota onde as perguntas estavam registradas, mas atentando para uma entrevista semiestruturada, onde alguns novos questionamentos surgiram no decorrer das conversas. Além do que algumas entrevistas ganharam contornos coletivos, quando um ou outro morador presente na calçada fazia um comentário em relação a pergunta feita à interlocutora ou as respostas produzidas por ela – como no caso da Dona Ivete. De todo modo, através dessa técnica consegui traçar, de forma documentada, uma compreensão sobre o processo de consolidação e desenvolvimento da comunidade, que discuto aqui com ênfase para a fabricação socioespacial.

## **A PRODUÇÃO SOCIOESPECIAL DO TIMBÓ**

Ao se consolidar a partir da ocupação do Vale do Rio Timbó, a comunidade se desenvolveu em uma área geograficamente alterada pela extração de matéria prima para a construção do conjunto habitacional que originou o bairro dos Bancários. Um uso que resultou na abertura de uma cratera às margens do rio, delineando o aparecimento de duas encostas que permaneceram ao longo dos anos e promoveram a diferenciação geográfica da comunidade. Quando passou a ser considerada uma ocupação irregular pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), entre 1980 e 1982, o crescimento populacional ocorreu especialmente na área acidentada da cratera, onde se centraram as ações para frear as construções informais.

Dona Ivete vivenciou este momento de formação da comunidade, que nas diversas conversas na calçada de sua casa – cercada por familiares e amigas – relembrou a chegada ao Timbó, as dificuldades enfrentadas e os vínculos construídos. A moradora é uma das mais antigas, em termos de residência, com 44 anos de moradia. Chegou ao local em 1981 através do intermédio de uma prima do finado marido, que os convidaram para a ocupação após a falência da loja de tecidos que mantinham no centro da cidade, ocasionando a perda de bens materiais – casa

e carro – para quitar as dívidas.

De uma vida considerada boa no bairro da Torre – um bairro de classe média que possui trechos populares –, dona Ivete viveu uma ruptura no padrão de vida ao se mudar para a ocupação em formação, com dois filhos pequenos e o então marido, que realizou visitas no local e construiu uma casa de taipa com a ajuda dos familiares, que se tornaram vizinhos. Parafraseando-a, “a gente não era rico, mas vivia bem demais... Aqui embaixo pra mim era novidade, decepção, porque eu era acostumada numa vida e de repente eu caí com a cara na lama, entendeu? Mas mesmo assim eu enfrentei”. Com a mudança enfrentou uma nova forma de viver, de ser percebida e tratada na cidade, tendo que lidar com as recorrentes ações da PMJP para barrar a produção do Vale do Rio Timbó como espaço de moradia – informal – para pessoas pobres, que construíam a cidade desde a margem.

“Aqui embaixo”, no terreno acidentado, foi onde dona Ivete primeiro experienciou o Timbó, tendo de se organizar com outras pessoas situadas na localidade para lutar pela permanência e, consequentemente, pela moradia. Uma mobilização comunitária que possibilitou a continuação da ocupação em meio a diversas demolições de casas e barracos pela PMJP, edificações que eram coletivamente reconstruídas, pois a solidariedade pautada na ajuda mútua se mostrou um dos principais elementos da luta, contribuindo para o início da produção de vínculos de vizinhança e amizade entre aquelas pessoas.

A interlocutora relembra como “não tinha energia, não tinha água... aí começou a jornada da gente... É uma favela? É um bairro? Só sei que era um buraco rodeado de barreira. Era uma casa ali, outra acolá”. Aos poucos novas casas foram construídas nesse “buraco” pelas famílias que buscavam um pedaço de terra para se estabelecer na cidade, para sair do aluguel ou para se reestruturar, com o intermédio de um parente ou amigo já residente no Timbó. Ao recordar o processo de chegada ao local, a afirmação da intermediação de um parente já residente no local se apresentou como um elemento comum na narrativa. Foi uma prima, um tio, um irmão, um cunhado ou um amigo que indicou a possibilidade de moradia ao ocupar um terreno, construir um puxadinho ou mediou a compra informalmente de uma casa, inserindo o novo morador na sociabilidade da qual faz parte e ajuda a produzir.

Nesse “buraco”, identificado na escavação em branco e cinza onde consta o nome Timbó na figura 01, constroem casas e relações de vizinhança e amizade, especialmente após a consolidação da comunidade, quando as ações de demolições são findadas pela PMJP. Ali se condensou o maior número de residências e habitantes, com a criação de 11 ruas, alguns becos e vielas que tecem a configuração urbana em produção. Ocorreu um crescimento orgânico, com as ruas tomando o contorno delineado de acordo com a construção das casas e dos locais destinados ao lazer, como a quadra, os salões ou construções para atividades religiosas e a sede da associação comunitária.

Figura 01: Cratera no Vale do Rio Timbó em 1978, aberta pela extração de matéria prima para a construção civil



Fonte: Ortofotocarta 89/90, 1978, Cruzeiro do Sul S. A, encontrado em Maria Auxiliadora Dantas (2003).

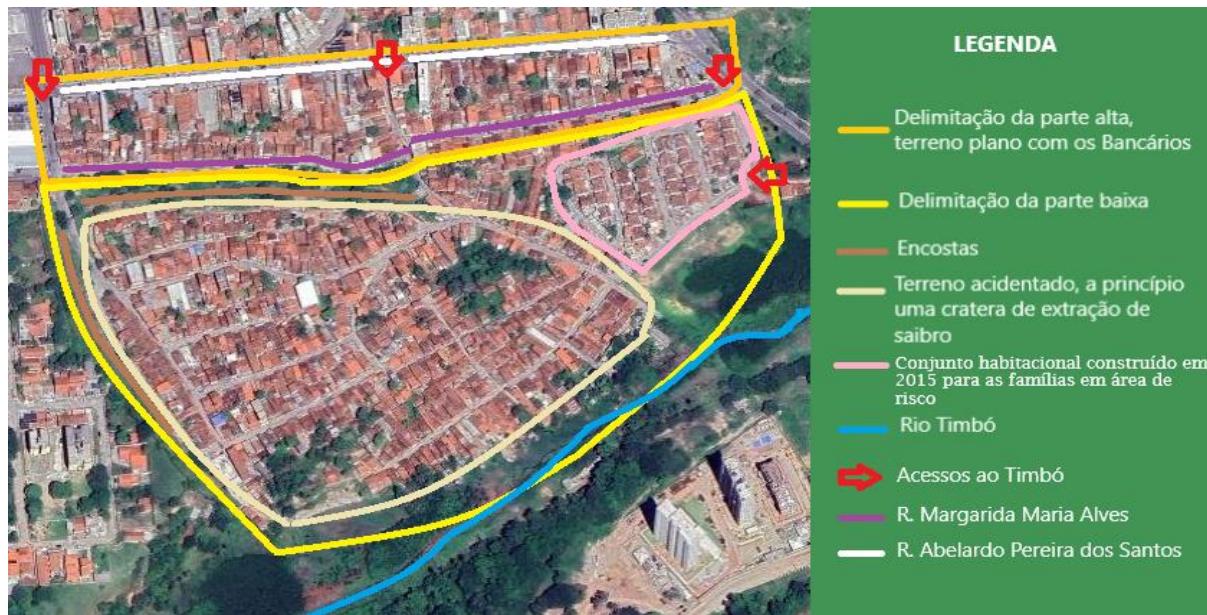
Entre ruas largas e outras estreitas, retas ou tortuosas, os moradores vão transformando o espaço através da vivência ao fabricar não somente casas e vias, mas práticas assentadas no uso dessas ruas para o encontro ao outro, para o exercício de uma sociabilidade em que a pessoalidade se torna o elemento basilar (Pontes, 2021). Uma vivência perpassada pela produção orgânica do urbano, sem investimento público e experienciando a ausência de pavimentação e saneamento básico, bem como o agravamento das áreas de risco ambiental – as proximidades das encostas e do rio – nos períodos de chuvas na cidade. Por muitos anos o Timbó

se desenvolveu no cenário de falta de infraestrutura pública, mesmo mediante mobilização comunitária pela urbanização, que foi implementada entre 2011 e 2015 .

As condições urbanas até 2011, no entanto, não eram iguais em toda a comunidade. Enquanto a parte baixa contava com todas as ruas em chão batido e esgoto a céu aberto, a parte alta, constituída por duas vias, detinha pavimentação na R. Abelardo Pereira dos Santos, a rua principal e fronteiriça com o bairro dos Bancários. É a rua mais acessada na comunidade pelos demais habitantes da cidade que transitam pela zona sul, bem como frequentemente utilizada para no jogo simbólico de se situar enquanto morador do Timbó ou Bancários .

Um jogo mobilizado também em alguns trechos da R. Margarida Maria Alves – sinalizada em roxo na figura 02 –, popularmente conhecida como Rua do Meio (RDM) por ficar entre o que é considerado a comunidade – na parte inferior da imagem – e o bairro – na parte superior da imagem –, logo, estaria ao meio. Uma percepção relacionada com a produção da comunidade a partir do buraco, como se, em determinadas situações, estivesse restrita a parte baixa, onde se desenvolveu de forma mais intensa quanto a densidade populacional. Além de ser a parte que geralmente aparecia nas matérias dos jornais locais em período de chuvas na cidade, retratando as consequências vivenciadas pelas famílias situadas em áreas de risco ambiental, como as proximidades das encostas e do rio.

Figura 02: Atual malha urbana da Comunidade do Timbó



Fonte: Imagem aérea da PMJ, modificada pela autora.

A maioria dessas áreas estão localizadas na parte baixa, apenas um trecho da R. Margarida Maria Alves apreende uma encosta, que teve sua configuração reformulada após as obras de urbanização, com a retirada das casas acima da encosta e a conformação de uma rua com residências de um lado e um mirante do outro, com vista panorâmica para a parte baixa. Dadas essas peculiaridades, a parte alta foi citada como um espaço que fornece mais qualidade de vida e que delimita uma espécie de ascendência socioeconômica àqueles que conseguem mudar a residência para tal localidade. Como a dona Ivete, que se estabeleceu com a família nas proximidades do rio, mas que nos anos de 1990 conseguiu vender a antiga casa e comprar uma nova no início do declive da Travessa São Paulo.

A mudança para a casa nova promoveu melhores condições de vida por não precisar enfrentar a ladeira para sair ou entrar na comunidade, não lidar diretamente com os alagamentos em consequência das chuvas e ser parte de um momento de crescimento no rendimento familiar, quando a interlocutora, o marido e alguns dos filhos de criação estão empregados no mercado de trabalho formal. Não é uma residência na parte alta, mas nos seus limites, que foi vivenciado e interpretado pela interlocutora como uma mudança para melhor que fomenta a pertença em sua nuance mais centrada no sentimento de gostar de estar no Timbó e sentir-se parte dele.

Gosto muito daqui, da minha casinha. Quando cheguei não gostava muito, é verdade, mas enfrentei e criei meus filhos. Depois daqui [a atual casa] foi outra história... só de não ter minha casa mais alagada, minha filha, foi muita vitória. Sai dali de baixo, mas ainda estou pertinho, né? Minhas amigas vêm aqui, vejo o movimento da rua que é mais animada [risos], tem tudo perto. É bom demais, não troco aqui por nada (Ivete, moradora da Comunidade do Timbó desde 1981).

Da cara na lama, a interlocutora passou a aproveitar os períodos de chuva sem a preocupação com alagamentos ou mesmo soterramentos e deslizamentos, uma vez que a nova casa se localiza no declive da ladeira da Travessa São Paulo, mas sem estar situada no contorno da encosta, como as demais residências nessa área de risco da R. Margarida Maria Alves, por exemplo. “Ficava com pena das minhas amigas lá de baixo, mas graças a Deus hoje não tem mais isso e todo mundo aproveita as chuvas”, bem como o saneamento e a pavimentação das ruas, com a lama se tornando cada vez mais um elemento na memória do que se vivenciou no passado do Timbó.

Angélica é outra moradora que experienciou uma mudança de residência para a parte alta, com uma narrativa que se assemelha com a Dona Ivete em relação a melhoria nas condições de moradia ao sair de uma área de risco para uma residência segura, mas com novas nuances ao apontar uma mudança que ocorre principalmente para se afastar da “bagunça” que era “lá embaixo”. A interlocutora chega ao Timbó em 1999, com a oportunidade de compra de uma casa para iniciar a vida de casada, uma aquisição que foi mediada pela tia, que já residia na comunidade e a quem Angélica realizava visitas constantes. Da casa dos pais no bairro Treze de Maio, mudou-se para o Timbó e residiu por cerca de 2 anos em uma casa no pé da encosta situada na R. Rosa Lima dos Santos.

“Morava no pé da barreira, quando estava chovendo eu tinha o maior medo da barreira cair... aquilo não era vida. Depois do segundo inverno Osvaldo [o marido] colocou a venda [a casa] e ficamos uns 6 meses no aluguel e logo viemos pra cá”, conta Angélica ao relembrar o início da moradia no Timbó. Logo surgiu a oportunidade de compra da atual casa, com negociação informal entre os interessados, assim como é comum em algumas das transações de compra e venda

de casas na comunidade, onde alguns imóveis ainda não possuem escritura. E complementa: “gostar eu não gostava não, sabe? Porque era muito bagunçado! Era muito bagunçado lá embaixo antigamente. Aí depois que eu vim pra cá eu acho melhor aqui em cima que é mais calmo, lá embaixo era muito violento também”.

A bagunça mencionada se relaciona com a confusão das brigas corriqueiras entre vizinhos, do volume elevado das músicas e do tráfico de drogas, além da ausência de infraestrutura básica, com a parte alta se apresentando como um contraste ao ser mais “organizada”. Circunstâncias apontadas como vinculadas ao período em que o casal decidiu mudar-se para a parte alta, no início dos anos 2000, uma vez que “agora mudou muito aqui, que lá embaixo é tudo calçado agora, é mais organizado, antigamente era tudo casa de taipa, agora é tudo tijolo. Já tem até primeiro andar lá embaixo”.

A ressalva sobre como ficou “mais organizado” chamou a atenção para a melhoria na infraestrutura não somente com as obras de urbanização, mas a mudança no padrão de construção, com casa de alvenaria e mais de um pavimento, condição, por exemplo, que a casa da interlocutora não dispõe – no que se refere ao primeiro andar. Então, a diferença entre as partes se resumiu a questões materiais como a infraestrutura das ruas e das casas? Atualmente há uma diferenciação entre as partes? Diferente das relações de poder que se desenvolveram entre os estabelecidos e os outsiders trabalhados por Norbert Elias e John Scotson (2000), no Timbó não é a condição do tempo de moradia, o grau de coesão interna ou o monopólio do poder simbólico que delimitam os grupos de moradores.

É o espaço que norteia diferentes formas de se sentir e se colocar como morador. Espaço que é produzido nas trocas relacionais baseada na pessoalidade, onde a rua é o ambiente de encontro para o exercício da sociabilidade, mas que é manchado por uma segregação social e um estigma territorial (WACQUANT, 2017) e ocorre um jogo de classificações onde a parte baixa geralmente aparece na narrativa, especialmente dos moradores da parte alta, como o espaço “deteriorado”. Seria nele onde é possível encontrar áreas urbanas, os sujeitos suspeitos e as situações que suscita os casos de violência noticiados nos jornais locais. Esse jogo promove um modo positivo de diferenciação de moradores da parte alta em relação a

parte baixa.

Se afastar da comunidade é uma forma de afugentar tais estigmas territoriais que impactam na autoestima dos sujeitos afetados, como aponta Löic Wacquant (2017) ao refletir sobre espaços penalizados pelos discursos de descrédito que resultam na desqualificação daqueles que ali residem, podendo “privá-los da total aceitação pelos outros”. Pois bem, espaços de párias urbanos, o sujeito pode atenuar ou dissimular o estigma territorial através da mobilidade geográfica, seja se mudando para outro bairro ou para as áreas fronteiriças ou, ainda, classificando internamente outros espaços como piores.

É uma reflexão cara à discussão, uma vez que além de uma espécie de ascensão socioeconômica indicada pelas interlocutoras, a mudança para a parte alta permite dissimular o estigma territorial ao se colocar como mais próximo a comunidade ou ao bairro. É possível se colocar como moradora do Timbó, mas distante da bagunça, como Angélica, que considera a possibilidade de futuras mudanças para “um lugar melhor que não fosse como aqui [poderia explicar?] que não fosse uma comunidade”. Que não lidasse com a presença do Estado, principalmente, através das ações policiais e que não precisasse experienciar os estigmas relacionados à moradia no Timbó, que podem ser próximos aqueles fabricados e mantidos sobre outras comunidades e bairros periféricos da cidade (VELOSO, 2011, 2023; GOFFMAN, 1981).

O Timbó e os seus moradores lidam com essa estigmatização territorial onde sentidos negativos são acionados para retratar o espaço e os sujeitos que o constituem, mesmo quando há dúvida sobre os limites geográficos oficiais da comunidade. Se colocar como morador é atrair olhares de suspeita que levam alguns moradores a dissimular o local de residência no currículo ao procurar emprego, como apontou Laura ao refletir sobre a relação da comunidade na cidade. Laura cresceu na comunidade e acompanhou o seu desenvolvimento desde 1989, quando jovem e em busca de emprego no mercado formal de trabalho, conta que por vezes omitiu o nome Timbó na localização para aumentar as chances de contrato, incluindo o logradouro e a referência ao bairro dos Bancários.

Estratégia comum e sugerida, que elucida formas de lidar com o estigma configurado pela infâmia territorial que, segundo Wacquant (2017, p. 28), “coloca dilemas de gestão da informação, da identidade e das relações sociais totalmente similares, apesar de ostentar também propriedades distintivas”. A gestão de informação é trabalhada não somente em relação à busca de emprego, como também foi identificada na narrativa de moradores da parte alta em se colocar como parte da comunidade, mas distante dos problemas, ou como apartado do Timbó e próximo ao bairro. Uma proximidade ou distanciamento que não é geográfico, mas simbólico e social, na busca de se desvincular de certos estigmas, como a genérica associação à carência, à criminalidade e ao perigo. Há quem identifique diferentes experiências de moradia a partir das partes alta e baixa, bem como há quem enfatize que não existe separação entre ambos os espaços.

Laura contestou uma possível diferenciação e afirmou: “eu não separo não, acho que não tem como fazer essa separação. A gente vivencia da mesma realidade”. É certo que a interlocutora se encontrava em uma posição de liderança comunitária e buscava enfatizar a união e a partilha entre os moradores, com um discurso mais institucionalizado a partir da associação de moradores. Não que a circunstância da liderança tornasse as percepções mais ou menos válidas, a questão não é essa. A problematização da fala ocorre como uma necessidade de considerar a posição da interlocutora na comunidade, o que esclarece as nuances de sua narrativa. De fato, os espaços considerados não se mostraram separados, mas contíguos e configurando múltiplas perspectivas que relacionam as partes nas experiências de moradia.

## **A PARTE ALTA E A PARTE BAIXA EM JOGO**

Durante um dos nossos retornos à casa de Laura, após auxiliá-la em uma panfletagem pelas ruas da comunidade para divulgar a abertura de matrículas no curso de informática na sede da associação de moradores, a questionei sobre como era morar naquela viela que percorremos para chegar a sua residência. Prontamente recebi a resposta: “eu sinto que a minha casa não é esse pedaço de beco ou esse quadrado onde estou, mas toda a comunidade porque tudo o que acontece, de

alguma forma, também atinge a gente", que busca enfatizar sua narrativa de unidade socioespacial.

Os acontecimentos na comunidade podem impactar direta ou indiretamente os moradores, independentemente do local de moradia, seja nas antigas situações de organização comunitária para auxiliar as famílias diretamente atingidas pelas consequências das chuvas nas áreas de risco – alagamento, deslizamento ou soterramento das casas. Seja, ainda, em relação aos casos noticiados sobre o Timbó, que estão majoritariamente vinculados a sentidos negativos de criminalidade – operações policiais com apreensões de drogas e armas e prisões de suspeitos – e violência urbana – brigas que resultam em morte, denúncia de crimes e linchamento. Sendo fácil, apesar de simplista, cair na armadilha de apreender a comunidade sob a perspectiva de um problema urbano.

Se colocar como morador do Timbó para aqueles de fora, não moradores, acarreta a possibilidade de lidar com o estigma territorial gestado no processo de desenvolvimento da comunidade e a forma como vem sendo apreendida na cidade no decorrer dos anos. Um estigma que não está preocupado em compreender ou diferenciar espaços – parte alta ou parte baixa –, ao passo que homogeniza as percepções acerca da comunidade e dos seus moradores através das rápidas associações aos sentidos negativos que rondam o imaginário urbano pessoense, nutrido pela mídia e também nas instâncias micro dos discursos cotidianos da população, como a do bairro dos Bancários, sobre o Timbó (SOARES, 2009; PITA, 2012; ARAÚJO, 2014).

Direta ou indiretamente, o que acontece na comunidade ou que se veicula sobre ela atinge os moradores, como bem apontado por Laura, nas formas de diferenciação e salvaguarda são fabricadas e executadas, como o jogo entre a parte alta e a parte baixa. A distinção geográfica, visível aos olhos de qualquer transeunte que circula por dentro do Timbó, fundamenta uma construção simbólica de onde começa e termina a comunidade, do que e de quem está mais próximo a ela ou ao bairro. Como citado anteriormente, mudar para a parte alta pode representar melhores condições de vida, isso ocorre pelas poucas áreas de risco em comparação com a parte baixa e pela proximidade com os Bancários, onde as ruas

ganharam pavimentação bem antes da comunidade, tornando-se mais valorizadas.

Uma valorização que se torna crescente desde o início do final dos anos de 1990 e se intensifica na última década, com o aumento na construção de estabelecimentos comerciais e prédios residenciais para a classe média, especialmente nos arredores da comunidade. A parte alta acabou se beneficiando dessa valorização, com um terreno plano e de fácil acesso a rua principal do Timbó, onde se localiza uma gama de serviços comerciais e transitam as linhas de transporte coletivo que atendem a localidade.

A parte alta é, por vezes, apresentada na narrativa de alguns dos moradores como um prolongamento do bairro, com a comunidade circunscrita à parte baixa. Nessa direção surge as ressalvas da Dona Valéria, que atualmente não reside mais no Timbó, mas chegou ao local no final dos anos de 1980 e se manteve até 2020. Foi uma moradora que se manteve através do pagamento de aluguel após a separação de seu marido, que vendeu a casa que haviam construído na R. Abelardo Pereira dos Santos. O trabalho como empregada doméstica não lhe permitiu comprar outro imóvel ou terreno além de criar a filha e pagar o aluguel.

Durante sua estadia no Timbó, mudou-se de casa cerca de 5 vezes, percorrendo diversos trechos da rua em busca de se livrar do aumento nos valores do aluguel ou de buscar uma nova casa após a antiga ter sido solicitada pelo proprietário. Quando a conheci, estava sentada na calçada da vizinha conversando e vi uma boa oportunidade para aproximação, pois eram umas das poucas pessoas ocupando a calçada de uma residência e não de um estabelecimento comercial. Diversas conversas se seguiram depois da primeira, sempre na calçada e na presença de ambas as moradoras. Em uma dessas conversas, comentei estar em dúvida se aquela rua compreendia o Timbó ou os Bancários e recebi como resposta que “a comunidade mesmo é lá pra dentro”, em referência ao acesso às demais ruas.

Dona Valéria, uma idosa aposentada e que residia sozinha após o casamento da filha, traz para a discussão como a comunidade é percebida por ela como situada para dentro e não necessariamente abaixo das encostas. Estar na rua principal

facilita a dissimulação do local de moradia, especialmente quando as fronteiras geográficas oficiais não são amplamente conhecidas, de modo que apontar onde começa e termina o Timbó se torna um jogo simbólico. Mesmo situada na comunidade, a interlocutora se coloca como vinculada ao bairro e o Timbó é circunscrito mais a frente, dentro, não ali, não onde reside, uma rua que se confunde com o bairro por ser a mais acessada pelos demais habitantes da cidade, mais valorizada e de crescente caráter comercial.

Morar na “beira” possibilita um escape ao estigma territorial, bem como reforça as graduações no sentimento de pertença: dona Valéria não pertence ao Timbó, espaço que comprehende como problemático e simbolicamente distante, apesar de residir dentro dos seus limites oficiais. O bairro, ao contrário, oferece uma proteção simbólica ao salvaguardá-la de possíveis sentidos negativos como a associação da suspeita, do perigo, da criminalidade e da vulnerabilidade à sua figura pelo simples fato de se colocar como moradora do Timbó. Assim, a rua principal é reinterpretada pela moradora, que pode estar ou não no Timbó, indicando a produção de fronteiras móveis que nem sempre coincidem com os mapas oficiais da prefeitura, uma vez que o estigma é relacional e a vinculação ao lugar ocorre de modo circunstancial.

Se manter nessa rua é mais barato do que residir em uma casa alugada nos Bancários, mas ainda assim é mais caro do que a locação de uma casa na parte baixa, pois é um espaço que se beneficia da valorização imobiliária do bairro. Circunstância reforçada nas diversas mudanças da dona Valéria no decorrer dos anos, bem como na ressalva do aumento do custo de vida para se manter na localidade. Inclusive, a disparidade no valor dos imóveis foi uma das queixas ao dialogar sobre a produção dos espaços com as moradoras, em que mesmo após a urbanização da comunidade, a parte baixa seguiu desvalorizada em relação à parte alta. Tendo isso em conta, uma interlocutora residente na parte baixa declara:

Eu me sinto até desclassificada, certo? Porque dos Bancários... Da principal dos Bancários [referindo-se a Rua Abelardo Pereira dos Santos] no lado de cá tudo é favela do Timbó, certo? Tudo é Timbó! Para lá é Bancários, para o lado de cá tudo é Timbó... aqueles supermercados todinhos, aquilo tudo ali para cima, do lado de cá, é tudo Timbó. Aí se você for alugar uma casa aqui [as pessoas dizem] “ah aqui embaixo é muito caro” [e] é 300 reais, no máximo 350 [reais]. Lá encima é 500 [reais], ali em cima [aponta na direção da parte alta]... Eu acho uma desclassificação... Porque é tudo igual! (Dona Fatinha, moradores da Comunidade do Timbó desde 1984. Entrevista cedida em 16 de julho de 2019).

Dona Fatinha, que chegou ao Timbó depois de ganhar uma casa adquirida e repassada pela então patroa, atualmente dispõe de duas casas para aluguel, que são negociadas por valores abaixo do estipulado para a parte alta. Ao queixar-se de se “sentir desclassificada”, o que se sobressai é a percepção de desqualificação do espaço, produzindo uma injustiça ao pontuar que “tudo é Timbó”, mesmo assim há diferenciações que beneficiam uns em detrimento de outros. Geograficamente pode ser tudo Comunidade do Timbó, mas a produção espacial não se restringe a conformações geográficas, com as distinções sendo criadas, sobretudo, simbolicamente, inferiorizando ou desclassificando a parte baixa e os seus moradores.

A fala da dona Fatinha, por exemplo, é complementada por sua amiga e vizinha, também interlocutora na pesquisa, que salta da cadeira na qual estava sentada na calçada para afirmar que “O pessoal de lá querem ser do conjunto ... Eles acham que aqui é a favela e lá, por certo, é o conjunto, num sabe? Não trata dizendo que a gente é isso ou aquilo, é só conversa de dizer ‘mora lá embaixo na favela’”. Novamente, é a dissimulação do local de moradia que está em jogo, ao reforçar certa diferenciação da parte alta com uma espécie de continuidade do bairro, enquanto a parte baixa é a comunidade de fato.

A desclassificação não ocorre mediante a troca de ofensas para a depreciação do outro, mas pela dinâmica de estar próximo, inserido ou afastado da comunidade, por isso Dona Fatinha retoma a fala para indicar como

O pessoal de lá diz logo assim: “Vou descer lá para baixo, para a favela”. Mas menino, e tu mora onde em peste?... Simplesmente, eu acho, por conta de uma ladeira porque se isso aqui fosse tudo plano era uma coisa só! Certo? Porque ali encima... A maioria do pessoal ali... Tem gente ali que tem casa que é a coisa mais linda. [...] Você pode ver ali, é... umas casas boas, grande, bonita, tem demais... E aqui dentro também! Aqui dentro também tem! De primeiro andar... Muita casa alugada, muita mesmo. De primeiro aqui você chegava e dizia “vou fazer uma casa para mim aqui”, hoje o pessoal de uma casa sai dividindo, mora em um cantinho desse tamanho e faz o resto para aluguel (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984).

A característica do terreno, para a interlocutora, não deveria reforçar a diferenciação entre a parte alta e a parte baixa, já que, atualmente, as condições de infraestrutura e do padrão de construção das casas são semelhantes. Não é a materialidade das construções ou das vias públicas que diferencia as partes, dada a

similitude nos últimos anos, persistindo uma diferenciação simbólica que não necessariamente busca diferenciar o outro morador através de ofensas, pois o desprestígio está assentado no estigma territorial, por isso a busca em se colocar como parte do bairro – do conjunto.

O “buraco”, para utilizar a expressão de dona Ivete, ou a “ladeira”, como indicou dona Fatinha, se revelam como elementos geográficos transformados em marcadores de diferenciação daquilo que pode ser apontado como comunidade ou bairro. Dentro da comunidade, os moradores se situam em espaços percebidos como oportunizador de melhores condições de vida, como no caso de Angélica. É um jogo de produção de espaços e narrativas que revela como moradores constroem sua experiência de moradia, fomentam a pertença, dissimulam estigmas e tensionam uma valorização imobiliária desigual no Timbó, se inscrevendo na fabricação do espaço urbano e nos sentidos em torno da comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção do espaço na Comunidade do Timbó se processa continuamente nas práticas cotidianas de ocupar a calçada para o encontro do outro, de transitar pelas ruas e de nomear e significar o território. O “buraco” ou a ‘ladeira’ que delineiam as partes alta e baixa se tornam marcadores simbólicos e configuram formas de pertencimento que permitem se reconhecer ou se afastar da condição de morador da comunidade, sem que tais partes sejam lidas como separações absolutas, mas como continuidades socioespaciais que fomentam o jogo de dissimulações ou afirmações.

É possível considerar que o estigma territorial sobre o Timbó, que afeta os moradores, não é apenas uma imposição de fora, pois é negociado e exercidas formas para driblá-lo são exercidas, reforçando, contestando e configurando-o mediante as narrativas locais. Assim, a produção dos espaços na comunidade se relaciona diretamente com o sentimento de pertença, com a ambivalência entre o gostar e o desgostar do lugar de moradia, que é apreendido na cidade sob a ótica de sentidos, geralmente, negativos que fortalecem um imaginário que tende a deteriorar

a reputação dos moradores. A suspeita genericamente lançada àqueles sujeitos devido ao local de moradia é responsável pelo descrédito, bem como por algumas das facetas do desgosto quanto ao estigma enfrentado.

Discursos de descréditos são cotidianamente enfrentados e estimulam as formas de dissimulação do local de moradia, seja omitindo o local de moradia no currículo ou se colocando como morador da parte alta como modo de se distanciar dos problemas urbanos associados a comunidade. Além das narrativas que enfatizam como a parte alta também integra a comunidade. Na ambivalência da pertença surge o reconhecimento de se colocar como morador do Timbó ou as formas de se afastar dessa vinculação. Quando impera o reconhecimento, emerge as falas sobre aprender a gostar do lugar onde se estabeleceu na cidade, criou os filhos e construiu relações de amizade e vizinhança, onde é possível vivenciar a rua e a calçada como locais de permanência e exercício da sociabilidade.

Gostar e desgostar se misturam na experiência de moradia na comunidade, com os moradores elaborando seus próprios marcadores de diferenciação (Pontes, 2021) para classificação, dissimulação e pertencimento. O Timbó aparece, assim, não apenas como um espaço estigmatizado, mas como um território de produção simbólica e afetiva, no qual se disputam sentidos de comunidade, bairro e cidade.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade.** O antropólogo, a margem e o centro. Mana, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- ARAÚJO, Mateus Augusto de. **O urbano na produção da favela do Timbó – João Pessoa: Regularizar os espaços para valorizar a cidade.** Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer.** Petrópolis: Vozes, 2014.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000

- FOOTE-WHYTE., William. **Treinando a observação participante**. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org). Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- LAVIERI, João Beto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960/1986**. Textos UFPB/NDIHR, n. 29, p. 01-67, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade**. Revista Famecos, n. 15, pp. 74-82, 2001.
- MAIA, Doralice SátYRO. **Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB**. Geosul, v. 29, n. 58, pp. 89-113, 2014.
- PITA, Ana Luiza Lima Rodrigues. **Segregação urbana e organização socioespacial: Um estudo da Comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- PONTES, Williane Juvencio. **Transformando o espaço em lugar: uma etnografia sobre a Comunidade do Timbó, João Pessoa – PB**. Recife: Edições Grem-Grei, 2021.
- PONTES, Williane Juvencio. **Periferização e estratégias de resistência: A formação de uma comunidade a partir do processo de crescimento urbano de João Pessoa-PB**. Ponto Urbe, 31, pp. 1-22, 2023.
- SOARES, Cristiane Leal Rodrigues. **A violência da segregação. Uma etnografia da Comunidade do Timbó localizada no bairro de Bancários em João Pessoa/PB**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- VELOSO, Wanessa Souto. **Mídia e Moralidade: o caso do bairro de São José, João Pessoa-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências

Sociais). João Pessoa: UFPB, 2011.

VELOSO, Wanessa Souto. **Verdade e justiça ao meio-dia: a construção da experiência moral num programa de TV.** Dissertação (Mestrado em Sociologia).

João Pessoa: PPGS/UFPB, 2023.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada.** Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 16, pp. 27-39, 2017.

WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32, pp. 157-170, 2009.